



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 127

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	10865
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10865
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	10886
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	10899
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	10901

Tribunal Superior Eleitoral

Corregedoria-Geral Eleitoral

Despachos

PROCESSO DE COINCIDÊNCIA Nº CGE 2876-2/92

Requerente : NILSON DE OLIVEIRA
Inscrição nº : 029459340663
Zona Eleitoral : 163ª/Quedas do Iguaçu/PR
Assunto : Revisão de situação de eleitor envolvido em coincidência de inscrições eleitorais.

O Exmo. Sr. Ministro AMÉRICO LUZ, Corregedor-Geral Eleitoral, exarou o seguinte despacho:

"Seja o requerente cientificado da sua situação, pelo Juízo Eleitoral da 163ª ZE/PR (Quedas do Iguaçu).

Arquive-se o presente na origem, alertando-se para a observância das orientações constantes da Informação de fls.07/09.

Brasília, 01 de julho de 1992."

PROCESSO DE COINCIDÊNCIA Nº CGE 2875-4/92

Requerente : JOSÉ VALTER MONTEIRO LARCHER
Inscrição nº : 054418390698
Zona Eleitoral : 024ª/Jacarezinho/PR
Assunto : Revisão de situação de eleitor envolvido em coincidência de inscrições eleitorais.

O Exmo. Sr. Ministro AMÉRICO LUZ, Corregedor-Geral Eleitoral, exarou o seguinte despacho:

"Observado o teor da Informação de fls. 10/12, sejam providenciados:

- informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Informática, relativas aos motivos geradores da suspensão em comento;

- o preenchimento, pelo interessado, da DECLARAÇÃO DE PERDA, SUSPENSÃO, REAQUISIÇÃO OU RESTABELECIMENTO DE DIREITOS POLÍTICOS;

- os documentos necessários à instrução destes autos;

Dê-se ciência ao requerente dos termos da Informação de fls.10/12, por intermédio da 024ª ZE/PR.

Expeça-se Telex-Circular às Corregedorias-Regionais Eleitorais, recomendando observância das disposições da Resolução TSE 17.665, de 22.10.91, tendo-se em mente evitar-se lesões ao exercício do voto.

Brasília, 01 de julho de 1992."

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

Despachos em Recursos Extraordinários Especiais

Subsecretaria do Plenário

Suspensão de Segurança nº 92.01.00354-4 - (AgRg) - BA (REsp)

Recte.: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES
(adv.: Roberto de Figueiredo Caldas)
Recda.: Caixa Econômica Federal - CEF
(adv.: Adilson de Faria)

Despacho: Vistos, etc.
O recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, letras a e c, da Constituição Federal, alveja acórdão do Plenário deste Egrégio Tribunal, cujos fundamentos acham-se concentrados na seguinte ementa (f. 81), verbis:

"SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. PRESSUPOSTOS. NATUREZA DO PROVIMENTO. FGTS. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEGITIMIDADE. AGRAVO REGIMENTAL.

-- Descabe discutir, no quadro do pedido de suspensão de segurança, quer o mérito da impetração, quer a juridicidade da liminar atacada, mas tão-somente a ocorrência dos pressupostos inscritos no art. 4º da Lei nº 4.348/64 e no art. 274, caput, do RI-TRF-1ª Região.

-- Tem a Caixa Econômica Federal, na qualidade de órgão da Administração indireta da União Federal, legitimidade ativa para interpor pedido de suspensão de segurança quando na defesa das prerrogativas estatais de que se acha investida.

-- É insuscetível de equívoco que, na atual conjuntura econômica do País, a liberação indiscriminada à livre utilização dos saldos vinculados do FGTS, em hostil desobediência à legislação, que a proíbe, antes de confirmada a decisão pelo Tribunal, traz grave risco de desestabilização da ordem econômica nacional.

-- Agravo regimental improvido."

Diante da recente posição da ilustrada Primeira Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça -- que até bem pouco entendia incabível o recurso especial impugnativo de decisões proferidas incidentalmente --, examino os pressupostos intrínsecos e extrínsecos da postulação em causa.

Indica o recorrente como malferido o art. 4º da Lei nº 4.348/64, sustentando, resumidamente: a) ilegitimidade ativa ad causam da Caixa Econômica Federal para, na qualidade de empresa pública, requerer a suspensão de segurança; b) ausência dos pressupostos autorizadores da outorga da medida vindicada, invocando construção jurisprudencial cristalizada na Súmula 178, do extinto Tribunal Federal de Recursos, segundo a qual "resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime CLT para o estatutário, em decorrência de lei, assiste-lhe o direito de movimentar a conta vinculada ao FGTS".

Não merece trânsito a súplica. Com efeito, a questão relativa ao invocado direito dos filiados ao impetrante de se utilizarem do saldo das respectivas contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em virtude de mudança de regime jurídico, está diretamente ligada ao *meritum causae*, insuscetível de apreciação e discussão no quadro processual da suspensão de segurança (SS nº 228 (AgRg) - BA, Rel.: Ministro RAFAEL MAYER, in R.T.J., 125/904; SS nº 303-8/260 (AgRg)-DF, in D.J. de 26.4.91; SS nº 302-0/260, in D.J. de 18.10.91; SS nº 282-1 (AgRg) - CE, in D.J. de 24.4.92, todas da relatoria do eminente Ministro NÉRI DA SILVEIRA).

Relativamente à alegada falta de legitimatio da Caixa Econômica Federal, justificou-a o decisor atacado, dizendo que, no caso, aquela empresa pública, conquanto dotada de personalidade jurídica de direito privado, defendia, no caso específico, prerrogativas estatais de que investida na condição de Agente Operador do FGTS (art. 4º da Lei nº 8.036/90), o que é perfeitamente aceito pela jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal (v.g., SS nº 202 (Ag Rg)-DF, Rel.: Ministro RAFAEL MAYER, in R.T.J., 124/406-411).

No acórdão paradigmático, reconheceu-se à Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB, empresa pública do Distrito Federal, legitimidade para interpor pedido de suspensão de segurança, quando litigue em torno do exercício de suas atribuições, de nítida natureza publicista.

Restaram, igualmente, demonstradas, concreta e objetivamente, no despacho mantido pelo aresto guerreado, as razões do deferimento da súmula para evitar grave lesão à economia nacional. Acentuou-se, ali, que, além da natureza satisfativa da provisão cautelar, haver-se-ia de "levar em conta o fato já verificado -- não só no Estado da Bahia, mas em outras Unidades Federadas da 1ª Região -- da repetição de feitos de conteúdo idêntico, cujas liminares ou execuções de sentenças requeridas foram em igual linha outorgadas" (f. 38).

Preleciona a propósito, o renomado e saudoso HELY LO-PES MEIRELLES: "A lei impõe ao Presidente do Tribunal o dever de motivar o despacho cassatório de modo a evidenciar as razões que justificam e legitimam o ato, mas ficam ao seu alto critério a valoração da conveniência e oportunidade da suspensão" (destaquei) (in "Mandado de Segurança e Ação Popular", RT, 8ª ed., pág. 51).

Esse juízo crítico, exercido com parcimônia e a adequada fundamentação do ato, insere-se no poder discricionário cometido ao Presidente do Tribunal "ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso" para sustar, temporariamente, a eficácia de liminar ou de sentença concessiva de segurança se e quando lhe parecerem aptas -- uma e outra -- a malferir aqueles bens jurídicos tutelados pelo art. 4º da Lei nº 4.348/64. A carga de subjetivismo que a decisão presidencial encerra afasta-a do controle jurisdicional pela demarcação e restrita via do recurso especial.

Com estas considerações, nego seguimento ao apelo bem deduzido às fls. 84-104.

Publique-se.

Brasília-DF., 16 de junho de 1992.

Juiz EUCLYDES AGUIAR
Vice-Presidente, no impedimento
do Juiz-Presidente

Divisão de Execução de Sentenças e Precatórios

Precatório nº: 04 (Registro: 91.00083160)

Requerente : ALFREDO DE MELLO NETO E OUTROS

Advogado : INÁCIO VALÉRIO DE SOUSA

Requerido : UNIÃO FEDERAL

Requisitante : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho de fls. 494

Petição de fls. 493.

Alfredo de Mello Neto e outros requerem a expedição de precatório complementar, tendo em vista que a quantia levantada no presente (recibo nº 09/92, fls.

480) não satisfaz o crédito, dada a defasagem entre a data do cálculo e a do pagamento.

Assim, determino à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais que proceda à atuação do correspondente precatório complementar, encaminhando-o posteriormente, à Divisão competente para, com base na tabela a ser publicada pelo Conselho da Justiça Federal, cumprir o artigo 100 § 1º da Constituição.

Expedida a proposta orçamentária, ouça-se o Ministério Público.

Autuado e registrado, publique-se.

Brasília, 29 de junho de 1992.

MINISTRO WILLIAM PATTERSON
Vice-Presidente no exercício da
Presidência

Secretaria Judiciária

Subsecretaria de Registros e Informações Processuais

ÍNDICE DE ADVOGADOS REFERENTE AO REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA AUTOMÁTICA DE 30 DE JUNHO DE 1992

ALMIR RODRIGUES SUDAN	92.0017232-6
ELY BARRADAS DOS SANTOS	92.0017241-5
	92.0017243-1
JOSÉ CARLOS SILVEIRA	92.0017242-3
JOSÉ LUIZ BARROS DE OLIVEIRA	92.0017231-8

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA AUTOMÁTICA DO DIA 30 DE JUNHO DE 1992.

PRESIDENTE: O EXMO. SR. MIN. ANTONIO TORREAO BRAZ
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA:
REPRESENTANTE DA OAB/DF:

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS, ATRAVES DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTE FEITOS:

HC 1379-6/RJ	PROC. ORIG. 0000013907	92.0017218-0
IMPTE : CARLOS ALEXANDRE SANTURIO STRELECTKE		
IMPDO : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
PACTE : CARLOS ALEXANDRE SANTURIO STRELECTKE (REU PRESO)		
RELATOR : MIN. JOSE CANDIDO - SEXTA TURMA		
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 30/06/92		
CONCLUSÃO AO RELATOR		

HC 1380-2/SP	PROC. ORIG. 0000505471	92.0017219-9
IMPTE : APARECIDO FRANCISCO DE SOUZA		
ADV : LUIZ FERNANDO COMEGNO		
IMPDO : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO		
PACTE : APARECIDO FRANCISCO DE SOUZA (REU PRESO)		
RELATOR : MIN. FLAQUER SCARTEZZINI - QUINTA TURMA		
DISTRIBUIÇÃO DEPENDENCIA OU PREVENÇÃO (91.0001900-3) EM 30/06/92		
CONCLUSÃO AO RELATOR		

HC 1381-4/RJ	PROC. ORIG. 0000000338	92.0017220-2
IMPTE : JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR E OUTROS		
IMPDO : DESEMBARGADOR RELATOR DO MS 338 DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
PACTE : ANTHONY WILLIAM BAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA		
RELATOR : MIN. COSTA LEITE - SEXTA TURMA		
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 30/06/92		
CONCLUSÃO AO RELATOR		

PET 315-9/DF		92.0017231-8
REQTE : JOSE LUIZ BARROS DE OLIVEIRA		
ADVOGADO: JOSE LUIZ BARROS DE OLIVEIRA		
REQDO : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA		
RELATOR : MIN. GARCIA VIEIRA - PRIMEIRA SECAO		
DISTRIBUIÇÃO DEPENDENCIA OU PREVENÇÃO (92.0012707-0) EM 30/06/92		
CONCLUSÃO AO RELATOR		

PET 316-0/PR	PROC. ORIG. 0000165002	92.0017232-6
REQTE : MUNICIPIO DE ARAPONGAS		
ADV : ALMIR RODRIGUES SUDAN E OUTRO		
REQDO : PREFEITO MUNICIPAL DE APUCARANA		
RELATOR : MIN. JOSE DE JESUS - SEGUNDA TURMA		
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 30/06/92		
CONCLUSÃO AO RELATOR		

MS 1786-7/DF		92.0017241-5
IMPTE : JOSE MARTINS DE CARVALHO		
IMPTE : MANOEL FARIA DA SILVA		
IMPTE : JOSE CELITO DA SILVA		
IMPTE : MARIA CLEUSA LELIS DOS SANTOS		
IMPTE : TEOBALDO SANTOS ALMEIDA		
IMPTE : JOSE SOARES DA SILVA		
IMPTE : JOAQUINA DE NAZARE BORGES		
IMPTE : ERONALDO ALVES DE OLIVEIRA		
IMPTE : OLI RIBEIRO COSTA		
ADV : ELY BARRADAS DOS SANTOS		
IMPDO : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA		
RELATOR : MIN. ANTONIO DE PADUA RIBEIRO - PRIMEIRA SECAO		
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 30/06/92		
CONCLUSÃO AO RELATOR		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional -- IN

SIG -- Quadra 6, Lote 800 -- 70604-900 -- Brasília/DF

Telefones: PABX: (061) 321-5566 -- Fax: (061) 225-2046

Telex: (061) 1356

CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA -- Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES -- MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 92.000,00	Cr\$ 23.400,00	Cr\$ 83.600,00	Cr\$ 93.300,00	Cr\$ 147.700,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 23.760,00	Cr\$ 42.240,00	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 87.120,00
Aéreo	Cr\$ 136.720,00	Cr\$ 62.700,00	Cr\$ 136.720,00	Cr\$ 136.720,00	Cr\$ 229.020,00
Informações: Seção de Assinaturas e Vendas -- SEAVEN/DICOM					
Telefone: (061)226-6812					
Horário: 7:30 às 19:00 horas					

PROC. Nº TST - AG-AI - 48512/92.1

Agravante : ORBRAM - ORGANIZAÇÃO E. BRAMBILLA LTDA
 Advogado : Dr. Victor Russomano Jr.
 Agravada : MARIA AUREA DE SOUZA
 9ª Região

DESPACHO

Mantenho o despacho agravado. À Douta Procuradoria Geral,
 para emissão de parecer.
 Publique-se.
 Brasília, 23 de junho de 1992.

JUIZ OSWALDO NEME
 Relator

PROC. Nº TST - AG-AI - 48513/92.8

Agravante : BANCO ITAÚ S/A.
 Advogado : Dr. Edward Mandarino e Dr. Victor Russomano Jr.
 Agravada : MARIA AUREA DE SOUZA
 Advogado : Dr. Geraldo Roberto C. Vaz da Silva
 9ª Região

DESPACHO

Mantenho o despacho agravado. À Douta Procuradoria Geral,
 para emissão de parecer.
 Publique-se.

Brasília, 23 de junho de 1992.

JUIZ OSWALDO NEME
 Relator

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 29 DE JUNHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO
 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso
 XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista a decisão do Plenário tomada em
 Sessão Administrativa de 24 JUN 92

Nº 9.887 - REMOVE, a partir de 15 JUL 92, a Juíza-Auditora Substituta Drª TELMA
 ANGELICA FIGUEIREDO da 3ª Auditoria da 2ª CJM para a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª
 CJM.

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO
 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso
 XXXIII, do Regimento Interno, resolve

Nº 9.888 - DESIGNAR o DR. JÚLIO CÉZAR DA SILVA FAGUNDES, Juiz-Auditor da 2ª
 Auditoria da 2ª CJM para assumir, cumulativamente, o exercício pleno do cargo na 1ª
 Auditoria da 2ª CJM, no período de 1º a 10 JUL 92, em virtude de concessão de férias
 ao titular e de estar vago o cargo de Juiz-Auditor Substituto.

Nº 9.889 - DESIGNAR a Drª WILMA CARDOSO MENEZES MILAZZO, Juíza-Auditora Substituta
 da 2ª Auditoria da 2ª CJM para assumir, cumulativamente, o exercício pleno do cargo
 na 1ª Auditoria da 2ª CJM, no período de 13 a 30 JUL 92, em virtude de concessão de
 férias ao titular e de estar vago o cargo de Juiz-Auditor Substituto.

Nº 9.890 - DESIGNAR o DR. ANTONIO RICARDO MESQUITA DA SILVA, Juiz-Auditor
 Substituto da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM para assumir, cumulativamente,
 o exercício pleno do cargo na 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, no período de
 29 JUN a 25 AGO 92, em virtude de estar vago o cargo de Juiz-Auditor Substituto e de
 concessão de licença especial ao titular.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 38ª SESSÃO, EM 23 DE JUNHO DE 1992 - TERÇA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
 Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cat-
 aldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes,
 Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de
 Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz
 Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Ausente o Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- HÁBEAS CORPUS 32.846-7 - RJ - Relator Ministro Jorge José de Carva-
 lho. PACIENTE: AGNALDO FLORENCIO, Sd FN, preso, condenado pelo Conselho
 Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, alegando es-
 tar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede
 a concessão da ordem para que possa apelar em liberdade. Impetrante: Dr
 Jonas Santos Simões.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu do pedido e
 denegou a ordem por falta de amparo legal. (O MINISTRO EDUARDO PIRES
 GONÇALVES NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO E O MINISTRO ALDO FAGUNDES NÃO PAR-
 TICIPOU DO JULGAMENTO).

- APELAÇÃO 46.670-3 - DF - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de
 Sant'Anna. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: EDVALDO
 GOMES, Sd Ex, condenado a 01 (um) ano de prisão, incurso no art 240, caput,
 do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da
 Auditoria da 11ª CJM, de 06.02.92. Adv Or Alexandre Lobão Rocha.- POR
 UNANIMIDADE, foi negado provimento ao apelo. (O MINISTRO ALDO FAGUNDES
 NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- APELAÇÃO 46.690-0 - DF - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revi-
 sor Ministro Paulo César Cataldo. APELANTE: MARCELO SILVA SANTOS, Sd Ex,
 condenado a 04 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, inci-
 so I, parte final, do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de
 Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 10.04.92. Adv Dr Alexandre Lobão Ro-
 cha.- POR UNANIMIDADE, foi negado provimento ao apelo. O Ministro RAPHAEL
 DE AZEVEDO BRANCO, em seu voto, ressaltou o que prescreve o parágrafo
 único do art 2º do Provimento nº 019.

- APELAÇÃO 46.693-4 - RS - Relator Ministro George Belham da Motta. Re-
 visor Ministro Aldo Fagundes. APELANTE: JUARES ADÃO DE SOUZA, Sd Ex, con-
 denado a 06 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM. APELADA: A Sen-
 tença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 3ª CJM, de
 09.04.92. Advª Orª Zeni Alves Arndt.- POR UNANIMIDADE, foi negado provi-
 mento ao apelo.

- APELAÇÃO 46.686-1 - DF - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor
 Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: GENIVALDO FRANCISCO RIBEI-
 RO, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM.
 APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da
 11ª CJM, de 24.04.92. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.- POR UNANIMIDADE,
 foi negado provimento ao apelo para manter a Sentença recorrida alteran-
 do-se, porém, a sua fundamentação para a do art 187, c/c os arts 59 e
 67, tudo do CPM.

- APELAÇÃO 46.687-0 - DF - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de
 Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE:
 BELCREI, ADIR CAMPANHARO, Sd FN, condenado a 06 meses de prisão, incurso
 no art 187 do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justi-
 ça da Auditoria da 11ª CJM, de 29.04.92. Adv Or Alexandre Lobão Rocha.-
 POR UNANIMIDADE, foi negado provimento ao apelo. O Ministro RAPHAEL
 DE AZEVEDO BRANCO, em seu voto, ressaltou o prescrito no parágrafo único
 do art 2º do Provimento nº 019.

- RECURSO CRIMINAL 6.030-3 - RJ - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçal-
 ves. RECORRENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª Auditoria de
 Exército da 1ª CJM. RECORRIDO: O Despacho da Exmª Srª Juíza-Auditora da
 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 08.02.92, que rejeitou a denún-
 cia oferecida contra JOSÉ EDSON CIPRIANO, 2º Sgt FN R/R, OMAR MEDEIROS
 DOS SANTOS, Sd Aer, e os civis JOSÉ MAURÍCIO DA CONCEIÇÃO MELLO, JOSÉ
 GLAUBER ROBSON MARTINS RODRIGUES, LUIZ CLAUDIO AGUIAR DA SILVA, JOSÉ RI-
 CARDO FILGUEIRAS e LUIZ HUMBERTO CRUZ PACHECO, como incurso no art 255
 do CPM. Advª Drª Ana Maria David Cortez.- POR MAIORIA, foi dado provimen-
 to parcial ao recurso para, cassando o r. despacho recorrido, seja cum-
 prido o disposto no § 1º do art 78, do CPPM; a fim de que o representa-
 te do MPM apresente as razões de convicção para o oferecimento da denún-
 cia, contra os votos dos Ministros EDUARDO PIRES GONÇALVES (Relator),
 GEORGE BELHAM DA MOTTA, JORGE JOSÉ DE CARVALHO e LUIZ LEAL FERREIRA que
 negavam provimento ao recurso. (O MINISTRO CHERUBIM ROSA FILHO NÃO AS-
 SISTIU AO RELATÓRIO).

- RECLAMAÇÃO 070-6 - CE - Relator Ministro George Belham da Motta. O Dr
 ÂNGELO RATTACASO JÚNIOR, Juiz-Auditor da Auditoria da 10ª CJM, requer al-
 teração na lista de antigüidade de Magistrados, publicada no Diário da
 Justiça de 15 de janeiro de 1992.- POR UNANIMIDADE, computado o voto da
 Presidência, o Tribunal, preliminarmente, conheceu do pedido como Peti-
 ção Administrativa e, NO MÉRITO, POR MAIORIA, julgou a pretensão impro-
 cedente, contra o voto do Ministro ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES que
 a deferia. O Ministro-Presidente votou com a maioria. (O MINISTRO LUIZ
 LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- APELAÇÃO 46.580-6 - RS - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis.
 Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: LUIS HENRIQUE FON-
 TURA SILVEIRA, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art
 187 do CPM, com o direito de apelar em liberdade. APELADA: A Sentença
 do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 12.11.91.
 Advªs Drªs Benedita Marina da Silva e Lúcia Helena de Brito Queruz.- POR
 UNANIMIDADE, foi negado provimento ao apelo. (OS MINISTROS GEORGE BELHAM
 DA MOTTA E LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- APELAÇÃO 46.585-7 - AM - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis.
 Revisor Ministro Paulo César Cataldo. APELANTE: RAIMUNDO NONATO CARVA-
 LHO DAS NEVES, Sd Ex, condenado a 08 meses de prisão, incurso no art 187,
 c/c o art 189, inciso I, ambos do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho
 Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 06.11.91. Adv Dr Bene-
 dito de Jesus Pereira Tavares.- POR MAIORIA, foi dado provimento parcial
 ao apelo para, mantendo a condenação, reduzir a pena imposta ao recor-
 rente a 06 meses de prisão, contra os votos dos Ministros EVERALDO DE OLIVEIRA REIS,
 (Relator), RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, WILBERTO LUIZ LIMA e EDUARDO PIRES GONÇALVES,
 que negavam provimento ao recurso. O Ministro ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES
 deu provimento parcial ao recurso para reduzir a pena-base a 06 meses
 de prisão, acrescida de 02 meses pela aplicação do inciso II, do art 189
 c/c o parágrafo único do art 76, tudo do CPM, mantendo o quantum final de 08 meses
 de prisão. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS (Relator) fará voto ven-
 cido.

- **APELAÇÃO 46.641-0 - DF** - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. **APELANTE:** GERALDO MANOEL DA PAZ, Cb PM/DF, condenado a 02 anos de prisão, incurso no art 205 c/c o art 30, inciso II, tudo do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 18.02.92. Adv Dr Waldenir Costa Lins.-

POR UNANIMIDADE, foi acolhida a preliminar de incompetência argüida pela douta PGJM, no sentido de declinar da competência desta Justiça Militar, em favor da Auditoria Militar do Distrito Federal.

- **APELAÇÃO 46.568-5 - RJ** - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** LÚCIO FRANCISCO ARRUDA, Cap Mar, condenado a 02 anos de prisão, incurso, por desclassificação, no art 251 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 03.10.91. Advª Drª Tania Sardinha Nascimento.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.614-2 - PR** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** AIRTON SESSE, Cb Ex, condenado a 02 meses e 10 dias de prisão, incurso no art 210, § 2º, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 10.12.91. Advª Drª Anne Elisabeth Nunes de Oliveira.- **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao apelo para, reformando a Sentença a quo, absolver o recorrente com fulcro no art 439, alínea "e", do CPPM.

- **APELAÇÃO 46.654-1 - RJ** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** EDISON JOSÉ BAPTISTA, 3ª Sgt Ex, condenado a 02 meses de prisão, incurso no artigo 210 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos e o direito de apelar em liberdade. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 18.02.92. Advªs Drªs Teresa da Silva Moreira e Lúcia Maria Lobo.- **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao apelo para, reformando a Sentença a quo, absolver o recorrente com fundamento no art 439, letra "c", do CPPM.

- **APELAÇÃO 46.640-3 - CE** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 10ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 10ª CJM, de 07.02.92, que absolveu o Sd Ex ANTONIO VLADEMIR DE SA, do crime previsto no art 187 do CPM. Adv Dr Carlos Henrique da Rocha Cruz.- **(SESSÃO SECRETA)**.

Retifica-se, por erro na autuação da Apelação nº 46.394-1, constante das Atas das 23ª e 25ª Sessões, respectivamente, de 28.04.92 e 05.05.92, o seguinte: Onde se lê: "...Conselho Permanente de Justiça..." - leia-se: "...Conselho Especial de Justiça...".

A Sessão foi encerrada às 20:15 horas.

Processos em mesa:

Apel 46.561-8(ER/ST)1ª/3ª proc 006/89-6 Advs Benedita M.da Silva/outro
Apel 46.689-6(JC/PC)Aud 11ª proc 1.215/91-0 Adv Alexandre Lobão Rocha.

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

ATA DA 39ª SESSÃO, EM 25 DE JUNHO DE 1992 - QUINTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **APELAÇÃO 46.689-6 - DF** - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** WANDERLEY JERONIMO DA SILVA, Cb Ex, condenado a 08 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 24.04.92. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.672-1 - RS** - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** VARDELI MARQUES BARBOSA, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 3ª CJM, de 02.04.92. Advª Drª Zeni Alves Arndt.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.680-2 - DF** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** EDIO CARLOS PEREIRA DA SILVA, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 31.03.92. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **EMBARGOS 46.342-2 - RJ** - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **EMBARGANTE:** ANTONIO MAZUCATO, 2ª Sgt Mar. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 08 de outubro de 1991. Adv Dr Mário Rebello de Oliveira.- **POR MAIORIA**, o Tribunal acolheu os Embargos para, reformando o r. Acórdão impugnado, declarar extinta a punibilidade do Embargante, pela aplicação do § 4º, do art 303, do CPM, contra os votos dos Ministros Everaldo de Oliveira Reis (Relator), EDUARDO PIRES GONÇALVES (Revisor), JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, WILBERTO LUIZ LIMA e JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO que os rejeitavam. O Ministro Everaldo de Oliveira Reis (Relator) fará voto vencido. (Na forma regimental, usaram da palavra o Advogado, Dr Mário Rebello de Oliveira e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Cos-

ta Filho). (Após os votos do Relator e Revisor, a Defesa, pela ordem, solicitou a desistência de dois dos fundamentos dos Embargos, persistindo, apenas, o pedido de extinção da punibilidade, pela incidência do § 4º, do art 303, do CPM).

- **APELAÇÃO 46.561-8 - RS** - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** MARCOS SÉRGIO LUCE, civil, condenado a 02 anos de reclusão, incurso no art 251 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos, e PAULO AYRES SIDI, Suboficial R/R Mar, condenado a 01 mês de detenção, incurso, por desclassificação, no art 324, primeira parte, do CPM, pena que foi extinta pela prescrição executória, de acordo com o art 126 do mesmo Código. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 03.09.91. Advª Drª Benedita Marina da Silva.- **POR UNANIMIDADE**,

foi dado provimento ao apelo do civil MARCOS SÉRGIO LUCE, para declinar da competência em favor de uma das Varas Criminais da Justiça Comum do Estado do Rio Grande do Sul, para onde deverá ser remetida cópia dos autos. Ainda, **POR UNANIMIDADE**, foi acolhida a preliminar suscitada pela Defesa do Suboficial R/R Mar PAULO AYRES SIDI para declarar extinta a punibilidade, pela prescrição da Ação Penal, ex vi do art 123, inciso IV, c/c o art 125, inciso VII, tudo do CPM. (OS MINISTROS ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA e EDUARDO PIRES GONÇALVES NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.688-8 - DF** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 24.04.92, que absolveu o Sd Ex WALTER LEY ROSA DA SILVA, do crime previsto no art 187 do CPM. Adv Dr Ivan Peixoto da Silva.- **(SESSÃO SECRETA)**.

- **APELAÇÃO 46.660-8 - AM** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** GEREMIAS SARAI-VA DA SILVA, Sd Ex, condenado a 02 meses de impedimento, incurso no art 183, § 2º, alínea "b", do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 12.03.92. Adv Dr João Thomas Luchsinger.- **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (OS MINISTROS ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA e EDUARDO PIRES GONÇALVES NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.634-7 - PR** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** MOISES LUCAS GOU-LART, 3ª Sgt Ex, condenado a 02 meses e 10 dias de prisão, incurso no art 210, § 2º, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos e com o direito de apelar em liberdade. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 21.01.92. Advs Drs Edgar Leite dos Santos e Anne Elisabeth Nunes de Oliveira.- **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal julgou prejudicada a preliminar suscitada pela Defesa e, **NO MÉRITO**, deu provimento ao apelo para, reformando a Sentença a quo, absolver o recorrente, com fundamento no art 439, letra "b", do CPPM. (OS MINISTROS ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA e EDUARDO PIRES GONÇALVES NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, as decisões relacionadas com os processos julgados na 37ª Sessão, em 16.06.92:

- **APELAÇÃO 46.622-3 - DF** - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM e MARCÍLIO LIMA DE MELO, Sd PM/DF, condenado a 06 anos de reclusão, incurso no art 205 do CPM, com pena acessória de exclusão da Polícia Militar, com o direito de apelar em liberdade concedido por decisão do Exmª Sr Ministro Vice-Presidente no exercício da Presidência do STM, de 02.01.92, nos autos do Habeas Corpus nº 32.811-4, referendada pelo Tribunal em 03.02.92. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 09.12.91. Adv Dr Milton Schelb Filho.- **POR MAIORIA**, foi negado provimento ao apelo do MPM e, **POR UNANIMIDADE**, negado provimento ao recurso da Defesa para manter a Sentença a quo, fixando, também **POR UNANIMIDADE**, o regime semi-aberto para o cumprimento inicial da pena, de acordo com o art 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal c/c o art 110 da Lei nº 7.210/84. Os Ministros CHERUBIM ROSA FILHO (Revisor) e WILBERTO LUIZ LIMA davam provimento ao apelo do MPM para condenar o Sd PM/DF MARCÍLIO LIMA DE MELO a 12 anos de reclusão, como incurso no art 205, § 2º, inciso IV, do CPM. (O MINISTRO LUIZ LEAL FERREIRA NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- **APELAÇÃO 46.564-2 - PR** - Relator Ministro Aldo Fagundes. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 5ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 02.10.91, que absolveu os civis SALA HEDINE ALI EL DAYER e ANWAR MOHAMMAD MAKKI, do crime previsto no art 318 do CPM. Advs Drs José Francisco Pereira, Emmanuel A.O.Carlos, Argeu Miranda Machado, Sílvio Batista, Lucilene Machado Carlos e Olímpio G.J. Marques.- Na forma do art 11, inciso IX, do Regimento Interno, foi negado provimento ao apelo do MPM. Os Ministros CHERUBIM ROSA FILHO (Revisor), ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, LUIZ LEAL FERREIRA, WILBERTO LUIZ LIMA e EDUARDO PIRES GONÇALVES davam provimento ao recurso para condenar os apelados a 01 ano de reclusão, como incurso, por desclassificação, no art 312, do CPM, com o benefício do sursis, pelo prazo de 02 anos. O Ministro ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES condenava o civil ANWAR MOHAMMAD MAKKI pela infringência ao art 312, c/c o art 53, ambos do CPM, declarando, ainda, quanto ao civil SALAHEDINE ALI EL DAYER a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição retroativa, no que foi acompanhado pelo Ministro RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. O Ministro CHERUBIM ROSA FILHO (Revisor) fará voto vencido.

A Sessão foi encerrada às 18:05 horas.

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

ATA DA 40ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1992 - TERÇA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes,

Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Antonio Carlos de Nogueira e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausentes os Ministros Wilberto Luiz Lima e Eduardo Pires Gonçalves.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **HABEAS CORPUS 32.850-5** - CE - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. **PACIENTE:** EURIDES GERALDO DE SOUZA, 1º Sgt Ex, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Sub-Comandante do 50º BIS, no exercício do Comando, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja expedido o salvo conduto provisório a fim de que possa retornar a sua unidade militar, até o julgamento do mérito. Impetrante: Dr José Heleno Lopes Viana. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal não conheceu da impetração.

- **RECURSO CRIMINAL 6.039-7** - RJ - Relator Ministro Paulo César Cataldo. **RECORRENTE:** A Exmª Srª Juíza-Auditora da 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de ofício. **RECORRIDA:** A Decisão da Exmª Srª Juíza-Auditora da 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 25.05.92, que concedeu reabilitação ao Cap Ex JAIME MUNIZ PINTO. Advªs Drªs Mariza Pereira do Couto e Ana Maria David Cortez. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao recurso.

- **RECURSO CRIMINAL 6.036-6** - PR - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 5ª CJM. **RECORRIDA:** A Decisão do Exmª Sr Juiz-Auditor Substituto da Auditoria da 5ª CJM, de 03.04.92, que deixou de acolher a segunda denúncia oferecida contra o Sd Ex DOUGLAS MARCELO MACIEL, como incurso no art 187 do CPM, nos autos da IPD nº 254/92. - **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao recurso para, cassando o r. despacho impugnado, receber a denúncia, determinando o prosseguimento do feito.

- **RECURSO CRIMINAL 6.034-6** - PA - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 8ª CJM. **RECORRIDA:** A Decisão da Exmª Srª Juíza-Auditora da Auditoria da 8ª CJM, de 02.04.92, que declarou a Justiça Militar competente para processar e julgar o 2º Sgt Ex AUGUSTO JOSÉ BATISTA DA SILVA e o 3º Sgt Ex PAULO ROBERTO HOLZ. Adv Dr Ariosvaldo de Gois Costa Homem. - **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao recurso no sentido de reconhecer a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar os indiciados com relação aos crimes praticados, em tese, contra os associados civis do CSM. Ainda, **POR UNANIMIDADE**, tendo em vista o disposto no art 512 do CPPM, o Tribunal considerou incompetente esta Justiça Especializada para processo e julgamento do feito pelos motivos aduzidos no Acórdão, declinando de sua competência, em ambos os casos, em favor do Juízo da Comarca de Marabá (PA), incumbindo a Auditoria de origem da remessa dos autos. O Ministro CHERUBIM ROSA FILHO votou com o Relator, ressaltando que, sendo o Inquérito uma peça administrativa a ela não se aplicam os princípios da atividade jurisdicional, como por exemplo o contraditório.

- **RECURSO CRIMINAL 6.038-9** - RS - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. **RECORRENTE:** PAULO CÉSAR GONÇALVES DOS SANTOS, Sd Ex. **RECORRIDA:** A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 3ª CJM, de 30.04.92, que manteve a competência jurisdicional da Justiça Militar Federal para processar e julgar o recorrente. Adv Dr Ailton Fernandes Rodrigues. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal não conheceu do recurso, por falta de amparo legal, reconhecendo, porém, a existência de conflito positivo de competência, determinando a remessa dos autos ao E. STJ, a quem cabe dirimir a questão.

- **APELAÇÃO 46.627-4** - DF - Relator Ministro Aldo Fagundes. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM, GILDO FERNANDES SOUZA, Cel Aer, condenado a 01 mês de prisão, incurso, por desclassificação, no art 322, 2ª parte; os Majs Aer OSEAS AVELINO DA SILVA e HENRIQUE RAYMUNDO DYOTT FONTENELLE SOBRINHO, condenados a 11 meses de prisão, incursos nos arts 222, §§ 1º e 2º, 222, § 2º, c/c o art 209, todos c/c o art 53, tudo do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Especial de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 05.12.91, que condenou os apelantes e ainda na parte em que condenou o 2º Ten PM/GO JOSÉ ANTONIO DE LEMOS FILHO, o 2º Sgt PM/GO HELBER ALVES TOSTA e os 3ºs Sgts PM/GO CLEUBER ALVES TOSTA e NELSON MOTA DE BASTOS a 11 meses de prisão, como incursos nos arts 222, §§ 1º e 2º, c/c o art 209, todos c/c o art 53, e que absolveu o Cb PM/GO JOSÉ CARLOS DA SILVA e o Sd PM/GO WILSON ARAÚJO DE JESUS, dos crimes previstos nos arts 222, § 1º, por (4) vezes e 222, § 2º, c/c o art 209, todos do CPM. Advªs Drs Joaquim José Safe Carneiro, Eliezer Lima de Barros, Og Oliveira e Souza e Lino Machado Filho. - (Na forma regimental, usaram da palavra o Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho e o Advogado, Dr Lino Machado Filho). (**SESSÃO SECRETA**).

Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, as decisões relacionadas com os processos julgados nas 38ª e 39ª Sessões, em 23 e 25.06.92, respectivamente:

- **APELAÇÃO 46.640-3** - CE - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 10ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 10ª CJM, de 07.02.92, que absolveu o Sd Ex ANTONIO VLADEMIR DE SÁ, do crime previsto no art 187 do CPM. Adv Dr Carlos Henrique da Rocha Cruz. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.688-8** - DF - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 24.04.92, que absolveu o Sd Ex WALTER LEY ROSA DA SILVA, do crime previsto no art 187 do CPM. Adv Dr Ivan Peixoto da Silva. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (OS MINISTROS ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA e EDUARDO PIRES GONÇALVES NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

Processos em mesa:

Apel 46.691-8(WL/ST)1ª Mar proc 530/91-3 Advª Adelcy Mª R.S.Corrêa
Apel 46.633-0(RF/PC)Aud 8ª proc 502/92-9 Adv Ariosvaldo de G.C.Homem
Apel 46.674-6(RB/ST)1ª Aer proc 006/91-9 Advª Janete Zdanowski Ricci
Apel 46.671-1(GB/EG)3ª/3ª proc 009/91-3 Advªs Wlter Jobim Neto e outro

A Sessão foi encerrada às 20:00 horas.

SUELY MATTOS DE ALENCAR

Secretária do Tribunal

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 01/07/92

899009183-7	AUTOR	AG / 133185
	REU	: HILL SAMUEL BRASIL LTDA ATUALMENTE DENOMINADA MONTANHA CONSULTORES LTDA
	REU	: SERGIO CARVALHO DE ANDRADE
899009218-3	AUTOR	AG / 133030
	REU	: GERSON BARBOSA HALLAIS
	REU	: WALDINERY ALEIXO SILVA SANTOS
899009678-2	AUTOR	AG / 133370
	REU	: REDE FERROVIARIA FEDERAL SA
	REU	: SATURNINO SILVEIRA JUNIOR
899009778-9	AUTOR	AG / 133300
	REU	: TEIJI NISHIURA
	REU	: NACIONAL - CIA DE CREDITO IMOBILIARIO, SUCESSORA DE FINDISA CIA DE CRED/ IMOB/
899009866-1	AUTOR	AG / 133418
	REU	: MORGANITE DO BRASIL INDUSTRIA LTDA
	REU	: ESTADO DE SAO PAULO
899009879-3	AUTOR	AG / 133394
	REU	: FEPASA - FERROVIA PAULISTA SA
	REU	: JOAO FERRO
899009887-4	AUTOR	AG / 133395
	REU	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
	REU	: TELMO SILVA LIMA
899009899-8	AUTOR	AG / 133141
	REU	: CONENG ENGENHARIA LTDA
	REU	: SERVI SOC/ DA IND/ DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DO ESTADO DE SP - SECONCI
899009909-9	AUTOR	AG / 133445
	REU	: CARTOON ART GRAFICA IND/ E COM/ LTDA
	REU	: VERINA PRANDI BORTOLAI
899009940-4	AUTOR	AG / 132938
	REU	: AMERICO SAMMARONE JUNIOR
	REU	: ESTADO DE SAO PAULO
899009961-7	AUTOR	AG / 133538
	REU	: ESTADO DE SAO PAULO
	REU	: CARLINDO DO NASCIMENTO GOMES
899010008-9	AUTOR	AG / 133492
	REU	: BRAZEITE INDUSTRIA E COMERCIO S/A
	REU	: HIPESCA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA DO S/A
899010060-7	AUTOR	AG / 133594
	REU	: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
	REU	: WILSON DIAS RIBEIRO JUNIOR
899010181-6	AUTOR	AG / 131858
	REU	: EDIEL EMPRESA DE ENGENHARIA S/A
	REU	: SALVADOR CHECCHIA
899010548-0	AUTOR	AG / 133766
	REU	: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL SA
	REU	: HORACIO FINOCCHI
899010557-9	AUTOR	AG / 133571
	REU	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO
	REU	: MARIA FREITAS LIMA RIBEIRO

909002684-3 AG / 131326
 AUTOR : NORMA KWITSCHAL CAVALHEIRO
 REU : BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A

909002685-1 AG / 132594
 AUTOR : PROPISO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
 REU : DISTRITO FEDERAL

919004602-1 AG / 139524
 AUTOR : ESTADO DE SAO PAULO
 REU : INTERCOFFEE COMISSARIA E EXPORTADORA LTDA

929002631-6 AG / 142805
 AUTOR : WERNER SCHMITT
 REU : QUELLE DO BRASIL E COMPANHIA

929002668-5 HC / 69306
 AUTOR : VALMOR SANTOS GIAVARINA
 REU : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
 PACTE : JOSE VALDIR VICENTE

929004819-0 AG / 139461
 AUTOR : ESTADO DE SAO PAULO
 REU : VOLKART IRMAOS LTDA

929006428-5 SE / 4681
 AUTOR : RICHARD OSWALDO ALBA JR
 AUTOR : NANCY HARRIS ALBA
 REU : OS MESMOS

TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 23

RELAÇÃO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 01/07/92

890008194-2 RESP / 56-0
 AUTOR : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE
 SAO PAULO

REU : MARIA ANTONIETA ALBA CELANI

890010095-5 RESP / 772-0
 AUTOR : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 REU : SHOZO ITIKI

890010333-4 RESP / 864-0
 AUTOR : CONFECCOES GUARARAPES S/A
 REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

890010384-9 RESP / 872-0
 AUTOR : JUIZO FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU-PR
 REU : MARIA DA CONCEICAO REZENDE

890012979-1 RESP / 1779-0
 AUTOR : ROSA DA FONSECA PEREIRA BACELAR
 REU : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

900004747-1 AG / 4019-0
 AUTOR : NANCY DO NASCIMENTO JESUS
 REU : MARIO LUCIO DE QUEIROZ PEREIRA

900006745-6 RESP / 4049-0
 AUTOR : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE
 SAO PAULO

REU : GUILHERME WAISSMANN

900008586-1 RESP / 4829-0
 AUTOR : MARIO OLIVEIRA RAMOS
 REU : MUNICIPALIDADE DE SAO PAULO

900009180-2 RMS / 602-0
 AUTOR : SECAF-SOCIEDADE EMPREENDIMENTOS TURISTICO DE CABO
 FRIO LTDA

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 IMPDO : SECRETARIO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO
 RIO DE JANEIRO

REU : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 LITIS : AUGUSTO JOSE ARISTON
 LITIS : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

900010117-4 AG / 6124-0
 AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 REU : DEANA LIMA VASCONCELOS

910001955-0 RESP / 7981-0
 AUTOR : ANTONIO DIRCO MARTINS
 REU : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO
 PARANA

910004154-8 AG / 9490-0
 AUTOR : GENERALI DO BRASIL CIA NACIONAL DE SEGUROS
 REU : CLEA ANNA MARIA CARPI DA ROCHA

910006560-9 RESP / 9878-0
 AUTOR : DOMINGOS MARCHI
 REU : ESTADO DO PARANA

910007159-5 RESP / 10133-0
 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
 REU : MUNICIPIO DE CALIFORNIA

910008109-4 AG / 11251-0
 AUTOR : OTILIA ZAMIGNAN
 REU : NAIR PALMA BORGES

910009432-3 RESP / 10977-0
 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
 REU : XEROX DO AMAZONAS S/A

910009809-4 RESP / 11124-0
 AUTOR : MARIA DE NAZARE MELO NEGRO VAZ
 REU : FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

910010473-6 RESP / 11392-0
 AUTOR : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DO
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SIND-JUSTICA

REU : SINDICATO DOS TITULARES DE SERVENTIA E OFICIOS DE
 JUSTICA E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

910010488-4 AG / 12257-0
 AUTOR : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 REU : CALCADOS HAAB LTDA

910010541-4 AG / 12310-0
 AUTOR : UNIAO FEDERAL
 REU : CELIA DA ROCHA FARIA

910011377-8 AG / 12709-0
 AUTOR : ROHM AND HASS BRASIL LTDA
 REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

910011554-1 AG / 12822-0
 AUTOR : NEIDE DE OLIVEIRA QUEIROGA
 REU : YOLANDA POVOA ALVES PAIVA
 REU : SONIA PAIVA DE GARCIA PAULA
 REU : UNIAO FEDERAL

910012305-6 RESP / 11949-0
 AUTOR : M B U PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS IND/ E COM/
 REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

910012643-8 RESP / 12051-0
 AUTOR : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 REU : MUNICIPIO DE PEDREIRA

910012731-0 AG / 13367-0
 AUTOR : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
 REU : USINA SANTA RITA S/A - ACUCAR, ALCOOL E
 AGROPECUARIA S/A

910012902-0 RESP / 12131-0
 AUTOR : MARCUS VINICIUS BARBOSA FRANCA
 REU : UNIAO FEDERAL

910013228-4 RESP / 12264-0
 AUTOR : PETRONIO DA SILVA GOMES
 REU : ESTADO DE MINAS GERAIS

910013495-3 AG / 13719-0
 AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 REU : HERCULES DE SANTANA MATOS

910013718-9 RESP / 12418-0
 AUTOR : CIA/ DO METROPOLITANO DE SAO PAULO-METRO
 REU : IZABEL FRANKLIN

910014025-2 RESP / 12499-0
 AUTOR : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO
 PARANA-DE

REU : TARCISO MESSIAS DOS SANTOS

910014109-7 AG / 14016-0
 AUTOR : MOVEIS SANDRIN LTDA
 REU : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

910014517-3 RESP / 12679-0
 AUTOR : COMERCIAL DE COUROS FASOLO S/A
 REU : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

910014653-6 AG / 14170-0
 AUTOR : MUNICIPALIDADE DE SAO PAULO
 REU : ARNALDO SANTOS ABREU

910014798-2 AG / 14245-0
 AUTOR : ROBERTO SCHIRMER WILHELM
 REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

910016081-4 AG / 14678-0
 AUTOR : CLEAN CAR SERVICOS GERAIS S/C LTDA
 REU : PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO

910016589-1 RMS / 1219-0
 AUTOR : GERALDO FERREIRA NUNES
 ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 IMPDO : CORTE SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
 DE MINAS GERAIS

REU : ESTADO DE MINAS GERAIS

910016678-2 AG / 14915-0
 AUTOR : COTONIFICIO GUILHERME GIORGI S/A
 REU : UNIAO FEDERAL